

Clipping CARF

Matérias dos jornais que mencionam o CARF

Blog do Luis Nassif

Dez dos 11 titulares da CPI do Carf foram financiados por empresas investigadas

22/08/2015

Zelotes: senadores investigam em CPI empresas que doaram para suas campanhas

Por Lucas Rohan, do Sul 21

Quase todos os senadores titulares da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada para investigar o esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) já tiveram campanhas políticas financiadas pelas mesmas empresas investigadas pela Operação Zelotes. Dos 11 titulares da comissão, 10 já receberam algum tipo de ajuda financeira de cinco empresas que estão entre as que foram alvo da investigação.

A reportagem do Sul21 comparou a lista com os nomes de 74 empresas que teriam se beneficiado do esquema divulgada no final de março pelo jornal Folha de São Paulo com as prestações de contas disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dos integrantes da CPI ou dos titulares do cargo - pois entre os membros da comissão estão os suplentes do senador cassado Demóstenes Torres (GO) e da atual ministra da Agricultura, Kátia Abreu, entre outros que não foram eleitos diretamente.

Há registros de doações da Gerdau, da Cervejaria Petrópolis (dona da cerveja Itaipava), da Construtora Camargo Correa, do Banco Bradesco e da Coopersucar nas duas últimas eleições. Elas são suspeitas de se beneficiarem em esquema de pagamento de propina a fiscais para obter votos favoráveis nos julgamentos do Carf e abater dívidas com o fisco.

Até agora, a CPI não ouviu nenhum representante das empresas que doaram para as campanhas dos senadores. O requerimento de convocação do presidente da Gerdau, por exemplo, foi apresentado pelo senador Ataídes Oliveira e ainda não tem data para ser votado na comissão. Fontes confirmaram ao Sul21 que a companhia de aço gaúcha será denunciada pelo Ministério Público Federal (MPF) no início de setembro junto com outras cinco empresas: Grupo RBS, Companhia Bozano, Banco Safra, Banco Santander e Mitsubishi.

As contribuições das empresas Gerdau, Cervejaria Petrópolis, Camargo Correa, Bradesco e Coopersucar foram feitas para as campanhas de 2010 e 2014 de forma direta (da empresa para o comitê de campanha do candidato), através da divisão dos recursos dos diretórios estaduais e nacionais dos partidos, em troca de serviços como aluguel de carros ou, no caso de três suplentes, para as campanhas dos titulares da vaga. No total, as campanhas de 10 senadores dividiram mais de R\$ 5 milhões oriundos de empresas investigadas pela Zelotes.

As doações foram feitas de forma legal e estão registradas nas prestações de contas das campanhas dos respectivos candidatos disponíveis no site do TSE. A Gerdau, a construtora Camargo Correa e o banco Bradesco foram as que mais doaram e as campanhas dos senadores José Pimentel (PT/CE), Humberto Costa (PT/PE) e Otto Alencar (PSD/BA) receberam as maiores quantias.

Três senadores integrantes da CPI receberam doações para suas campanhas do ano passado: Acir Gurgacz (PDT/RO), Simone Tebet (PMDB/MS) e Otto Alencar (PSD/BA). A campanha da hoje ministra da Agricultura, Katia Abreu (PMDB/TO), também recebeu

contribuições de empresas investigadas. A vaga dela é ocupada pelo senador Donizeti Nogueira (PT/TO), integrante da CPI.

No caso do presidente da CPI, senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), não há registro de doações de empresas investigadas para a campanha do falecido João Ribeiro, de quem Ataídes era suplente. No entanto, na prestação de contas da campanha do hoje senador para o governo do Tocantins, em 2014, há registros de seis doações do Bradesco Leasing, braço de locação de veículos do banco. Já a campanha da senadora Vanessa Graziotin (PCdoB/AM), relatora da CPI, recebeu R\$ 500 mil em setembro de 2014 da construtora Camargo Correa. A empresa, segundo as investigações, é suspeita de se beneficiar em processos que giram em torno de R\$ 668 milhões.

Outros dois senadores receberam doações diretas e indiretas para as campanhas de 2010: José Pimentel (PT/CE) e Humberto Costa (PT/PE). As campanhas dos senadores Demóstenes Torres (DEM/GO) e Armando Monteiro (PTB/PE), cujas vagas são ocupadas hoje, respectivamente, por Wilder Moraes (DEM/GO) e Douglas Cintra (PTB/PE), também receberam recursos das empresas suspeitas. Os dois suplentes hoje são titulares e integram a CPI do **Carf**.

A Gerdau, por exemplo, doou R\$ 550 mil para as campanhas de três senadores em 2010: o senador Armando Monteiro (PTB/PE) recebeu R\$ 300 mil e a vaga dele hoje é ocupada pelo senador Douglas Cintra (PTB/CE), integrante da CPI; o senador José Pimentel (PT/CE) recebeu da companhia de aço R\$ 200 mil; a campanha do senador cassado Demóstenes Torres (GO), cuja vaga hoje é do senador Wilder Moraes (DEM/GO), recebeu R\$ 50 mil; Os mesmos, hoje, investigam se a empresa se beneficiou do esquema de corrupção no **Carf** em processos que giram em torno de R\$ 1,2 bilhão.

Procurada pela reportagem, a empresa diz que não comenta processos em andamento. "Com base em seus preceitos éticos, a Gerdau não concedeu qualquer autorização direta ou indireta para que seu nome fosse utilizado em pretensas negociações ilegais, repelindo veementemente qualquer atitude que tenha ocorrido com esse fim", diz a nota da empresa.

"Do ponto de vista ético, é condenável que um senador investigue as empresas que financiaram suas campanhas", afirma o cientista político Rubens Figueiredo, da Fundação Espaço Democrático. No entanto, para ele, além do financiamento de campanhas por empresas privadas ser legal, "as empresas que contribuem, como se diz, 'por dentro', são identificadas e vistas com suspeição". Figueiredo levanta a hipótese de que esse fato acabe gerando "um fato inibidor de qualquer tentativa de deslize" como, por exemplo, uma avaliação mais benevolente dos senadores sobre essas empresas.

Já o cientista político Antonio Lassance acredita que, em qualquer situação, quem investiga e tem relação com o investigado deve se declarar impedido. "Do contrário, é jogo de comadres. Mas isso é apenas uma conduta que se espera, não é uma regra imposta pelo Congresso a seus parlamentares", afirma. Lassance explica que o Código de Ética impede o parlamentar de relatar matéria de interesse de pessoa física ou jurídica que tenha contribuído para o financiamento de campanha eleitoral do parlamentar. "As CPIs mal têm uma regulamentação específica para impedir que elas sejam usadas de forma inapropriada por parlamentares paus mandados de pessoas ou de empresas diretamente interessada em seus resultados. Deveriam ter. Já passou da hora", defende.

Com a Operação Lava Jato, o tema do financiamento de campanhas voltou à pauta em Brasília. Antonio Lassance considera "inaceitável" o peso que se dá a investigação da Lava Jato "enquanto a Zelotes, cujo prejuízo aos cofres públicos é extraordinariamente maior, tem sido deixada às traças". Para ele, a imagem dos partidos e parlamentares financiados por empresas privadas está sob suspeita. "A ideia óbvia de que não existe almoço grátis vale para todos aqueles que acabam aceitando que suas campanhas tenham dinheiro de empresas", explica. Já o cientista político Rubens Figueiredo acredita que a questão não é se o financiamento é público ou privado. Para ele, é preciso estabelecer mecanismos de vigilância e controle, com punições em casos de transgressão. "A ousadia é irmã siamesa da impunidade.

De uma maneira geral, os políticos, no Brasil e em muitos países, são muito mal vistos pela população. E as questões referentes ao financiamento são um elemento a mais a alimentar a má imagem", argumenta Figueiredo.

Os 11 senadores titulares da CPI foram procurados por e-mail pela reportagem para comentar os dados, mas apenas quatro deles responderam via assessoria de imprensa. O presidente da comissão afirmou que a CPI tem tratado todos os investigados da mesma forma, tenham ou não contribuído para campanhas eleitorais. "A postura de cada membro da CPI demonstra que todos estamos atuando com absoluta isenção", diz a nota enviada pela assessoria do senador Ataídes Oliveira.

A relatora da CPI afirma que todas as doações recebidas foram declaradas junto à Justiça Eleitoral e dentro das normas legais vigentes. Para a senadora Vanessa Grazziotin, "não há nenhum empecilho ou constrangimento em investigar quaisquer empresas ou pessoas físicas que possam ter cometido delitos". "Acima de tudo está nosso compromisso com a verdade e com a elucidação e punição de responsáveis por delitos, sejam eles de onde forem", defende a senadora.

O senador Otto Alencar afirmou, também via assessoria, que não conhece nenhum dirigente das empresas citadas. Ele também lembra que as doações que recebeu vieram via comitê estadual. "Exatamente por isto, não se sente, de forma alguma, constrangido ou impedido de investigar e votar pela condenação de nenhum dos implicados na sonegação fiscal detectada na Operação Zelotes da Polícia Federal", afirma o senador baiano.

O senador petista José Pimentel alegou que todas as doações são compatíveis com a lei e "não há constrangimento em investigar quem quer que seja". Sua assessoria lembra que o senador sempre defendeu o financiamento público porque entende que esta é a melhor forma de baratear o custo das campanhas eleitorais e dar igualdade de condições a todos os candidatos. "Mas, enquanto não houver maioria para promover essa mudança, as doações empresariais continuarão acontecendo para todos os candidatos e partidos políticos", diz a nota enviada por sua assessoria.

Senador Ataídes Oliveira, presidente da CPI

Recebeu seis contribuições da empresa Bradesco Leasing, braço de locação de veículos do Banco Bradesco, investigado pela Operação Zelotes. As doações foram feitas em outubro de 2014 para a campanha do hoje senador ao governo do Tocantins. No total, o Bradesco doou R\$ 135 mil à campanha. Não foram encontrados registros de doações de empresas investigadas à campanha do senador João Ribeiro, que morreu após eleito e do qual Ataídes era suplente.

Senadora Vanessa Grazziotin, relatora da CPI

Recebeu da construtora Camargo Correa doação de R\$ 500 mil em duas parcelas para sua campanha ao Senado em 2010. De acordo com a prestação de contas disponível no site do TSE, foram duas parcelas de R\$ 250 mil pagas em espécie em setembro de 2010. A construtora é investigada na Operação Zelotes por suspeita de se beneficiar em processos que giram em torno de R\$ 668 mil.

Senador Donizeti Nogueira, vice-presidente da CPI

Suplente da senadora Katia Abreu o senador do PT não recebeu doações diretas das empresas investigadas pela Zelotes. No entanto, a campanha da atual ministra da Agricultura recebeu R\$ 350 mil de contribuições do Bradesco em agosto e outubro do ano passado. São R\$ 150 mil provenientes da Bradesco Capitalização e R\$ 200 mil da Bradesco Vida e Previdência. No sistema do TSE, as doações são registradas como oriundas do Comitê Financeiro Único. O banco é suspeito de se beneficiar do esquema instalado no **Carf** em processos que envolvem R\$ 2,7 bilhões.

Senador José Pimentel, titular da CPI

Autor de boa parte dos requerimentos de convocação de testemunhas para depor na comissão, o senador José Pimentel foi eleito em 2010 pelo Ceará. Na campanha daquele ano, recebeu contribuições de duas empresas investigadas pela Operação Zelotes. A construtora Camargo Correa doou R\$ 1 milhão em três parcelas entre agosto e setembro de 2010 e a Gerdau doou R\$ 200 mil. Segundo a denúncia, a Gerdau é investigada por suspeita de se beneficiar do esquema em processos que totalizam R\$ 1,2 bilhão.

Senador Humberto Costa, titular da CPI

Eleito em 2010 pelo estado de Pernambuco, o senador Humberto Costa recebeu R\$ 1 milhão da construtora Camargo Correa como contribuição para sua campanha. Foram quatro parcelas entre agosto e setembro de 2010.

Senador Acir Gurgacz, titular da CPI

Recebeu 25 doações do Bradesco Vida e Previdência S/A identificadas no sistema do TSE como originárias do Diretório Estadual do seu partido, o PDT. Entre as doações, algumas de baixo valor (R\$ 412,50 e R\$ 313,00 são valores que se repetem várias vezes) e outras maiores, como os R\$ 52 mil doados em setembro de 2014. No total, a campanha do senador recebeu do Bradesco aproximadamente R\$ 103 mil.

Senadora Simone Tebet, titular da CPI

A campanha da senadora Simone Tebet recebeu uma doação de R\$ 50 mil da Copersucar, cooperativa investigada na Operação Zelotes. O depósito em cheque foi feito em setembro de 2014, durante a campanha eleitoral. Consta ainda no sistema do TSE que a campanha de Tebet também recebeu contribuição da Usina Eldorado S/A no valor de R\$ 70 mil. Na lista das investigadas, consta a empresa "Eldorado", sem especificação do ramo de atividade. Assim, não é possível saber, nesse caso, se a empresa investigada é a mesma que doou para a campanha da senadora.

Senador Otto Alencar, titular da CPI

A campanha de Otto Alencar ao Senado, em 2010, recebeu doações de duas empresas suspeitas no esquema do **Carf**. A Cervejaria Petrópolis e o Bradesco contribuíram de forma indireta com a campanha do senador baiano. De acordo com os dados da prestação de contas disponíveis no site do TSE, a Cervejaria Petrópolis fez 44 doações à campanha de Alencar totalizando mais de R\$ 1,2 milhão. Já o Bradesco contribuiu via Bradesco Leasing com cerca de R\$ 23 mil divididos em cinco doações. Todas as doações têm como originária a campanha de Rui Costa para o governo da Bahia.

Senador Helio José, titular da CPI

Entre os 11 senadores titulares da CPI do **Carf**, o suplente do atual governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, é o único que não recebeu doações de empresas investigadas. Não foram encontrados registros na prestação de contas das campanhas de Rollemberg ao Senado, em 2010, e nem na campanha de Helio José para Deputado Distrital, em 2014, quando ele obteve apenas seis votos e gastou, no total, pouco mais de R\$ 1 mil.

Senador Wilder Morais, titular da CPI

Wilder Morais é senador desde que o titular de sua chapa, Demóstenes Torres, foi cassado em 2012 acusado de ligação com o bicheiro Carlinhos Cachoeira. Menos de dois dias após Demóstenes perder seu mandato, Wilder foi empossado na presença de apenas quatro senadores. Três empresas hoje investigadas doaram para a campanha do ex-senador cassado: a Camargo Correa doou R\$ 200 mil em agosto de 2010, a Gerdau doou R\$ 50 mil em

setembro e a Copersucar, cooperativa de produtores de cana de açúcar de São Paulo, contribuiu com R\$ 100 mil reais também em setembro.

Senador Douglas Cintra, titular da CPI

Senador da República desde julho do ano passado, quando assumiu a vaga deixada pelo senador eleito Armando Monteiro, atual ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Douglas Cintra, assim como os demais suplentes que assumiram a titularidade da cadeira no Senado, também não recebeu contribuições diretas das empresas investigadas. Mas a campanha de Monteiro em 2010 recebeu R\$ 300 mil de contribuição da Gerdau, uma das principais investigadas na Zelotes. Foram três doações entre agosto e setembro daquele ano.

Portal Stylo

Ataídes reúne empresários da comunicação e diz que propará plebiscito para decidir destino do governo Dilma

22/08/2015

O senador Ataíde de Oliveira (PSDB) anunciou que propará ao senado a realização de um plebiscito para que o povo decida se quer continuar com a Dilma no Governo. A declaração foi feita na noite da última sexta-feira, 21, durante um jantar com empresários donos de veículos de comunicação do Tocantins. Segundo o senador, o principal motivo do encontro era aproximar a imprensa com o PSDB.

Estiveram presentes na ocasião, além da diretora geral do grupo Stylo, Fátima Fernandes; o empresário Cleber Toledo; a diretora do grupo O Jornal, Joana Castro; o proprietário do Paralelo 13, Edson de Souza; o jornalista Fernando Hessel; a empresária Jaciara Barros; e o jornalista Fábio Coelho, que na ocasião representou a empresária Roberta Tum.

Além do presidente estadual da sigla, estavam no evento o deputado estadual Olyntho Neto, presidente Nacional da Juventude do PSDB e lideranças do partido.

Na ocasião o senador falou sobre o trabalho desenvolvido na presidência da CPI do **Carf**, que investiga fraudes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais . "Nós estamos desenvolvendo um trabalho sério e embasado pela atuação belíssima do MPF e da Polícia Federal", ressaltou ele.

Crise

A crise econômica do país também foi destacada por Ataídes. Ele falou que como empresário do setor imobiliário tem sentido na pele as dificuldades do mercado. "A situação está caótica e o governo está maquiando números, hoje no Brasil, por exemplo, existem 27 milhões de brasileiros desempregados, 20 milhões a mais que o balanço apresentado pelo governo", disse .

A diretora do Jornal Stylo, Fátima Fernandes, destacou as dificuldades das empresas de comunicação do Tocantins e falou sobre a crise do setor no estado. Nós pagamos impostos como todas as outras empresas e só lembram da gente quando precisam de mídia espontânea. A falta de valorização fez com que desencadeasse uma crise no setor e essa crise gerou grandes prejuízos e o principal deles foram as demissões em massa que tiveram que acontecer, hoje existem vários jornalistas desempregados , ressaltou a gestora.

O parlamentar se comprometeu em defender as causas da comunicação principalmente no que se diz respeito a profissionalização como é o caso do retorno da validade do diploma para jornalista.

Valor Econômico

Justiça Federal suspende juros sobre processo parado no Carf

Valor Econômico - 24/08/2015

Adriana Aguiar | De São Paulo

Uma empresa do setor de petróleo e gás obteve liminar na Justiça Federal para suspender a incidência dos juros de mora sobre uma dívida em discussão no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Como o tribunal administrativo está há quatro meses sem julgar processos em decorrência da Operação Zelotes da Polícia Federal, que apura denúncias de corrupção, a defesa da companhia alegou que não poderia ser punida com o pagamento da Selic.

A decisão, a primeira que se tem notícia, deve incentivar outros contribuintes a seguir o mesmo caminho, segundo advogados. As sessões do Carf foram oficialmente suspensas no dia 31 de março. No dia 28 de julho, houve uma cerimônia de retomada das atividades com a presença do ministro da Fazenda Joaquim Levy. Contudo, as novas turmas de julgamento ainda não estão completas, não houve aprovação do projeto de lei que prevê a nova remuneração dos conselheiros e, conseqüentemente, não há pauta para julgamentos.

Os advogados da empresa, Rafael Capaz Goulart e Bruno de Abreu Faria, do Abreu, Faria, Goulart e Santos Advogados, alegam que o artigo 24 da Lei nº 11.457, de 2007, prevê o prazo máximo de 360 dias para que o processo administrativo seja julgado. "Uma vez concluído esse prazo, a Fazenda entra em mora, o que anularia a cobrança dos juros de mora do contribuinte", diz Faria. Para Goulart, "os casos de corrupção têm que ser apurados desde que essa conta não seja repassada às empresas".

A juíza federal substituta Andreia Fernandes Ono, da 2ª Vara Federal de Piracicaba (SP), deferiu a liminar para suspender a cobrança dos juros de mora enquanto perdurar a suspensão das sessões de julgamento. "Considerando que o contribuinte não pode aguardar indefinitivamente a apreciação do seu pedido, bem como a inexistência de mora imputável à impetrante, entendo plausível a concessão de ordem liminar a fim de que não seja penalizada pela inércia ou demora", diz na decisão.

Para a juíza, o fato de a administração não ter analisado o processo da companhia no prazo de 360 dias "configuraria ilegítima a incidência dos juros de mora sobre os créditos tributários sob apreciação, uma vez que a demora injustificada afronta os princípios que regem a administração pública, quais sejam legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no artigo 37 da Constituição Federal".

A liminar deve encorajar outras companhias a entrar com ações, segundo Rafael Goulart. O escritório entrou com outros pedidos semelhantes. Entre eles, um pedido de liminar que foi negado no dia 15 de junho pela juíza Andréa Cunha Esmeraldo, da 4ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Na decisão, contudo, a magistrada entendeu que, como o Ministério da Fazenda, por meio de comunicado, estabeleceu que as sessões foram suspensas, mas que serão reprogramadas "sem prejuízo do total de sessões previstas para o ano", nada impediria que esses recursos sejam julgados mais rápido após a reestruturação do Carf.

"Ademais, não se vislumbra risco de dano irreparável ou de difícil reparação, caso venha a ser reconhecida posteriormente a suspensão da incidência dos juros quando da prolação da sentença, vez que o impetrante não está na iminência de ser cobrado quanto aos créditos

questionados", diz a juíza na decisão.

O advogado Caio Marques Taniguchi, do Aidar SBZ, afirma que a tese o surpreendeu positivamente. Segundo ele, alguns contribuintes já tinham conseguido na Justiça o julgamento de seus processos administrativos em 30 dias, com a lei de 2007. Porém, acrescenta, que a liminar abre um novo caminho para a discussão ao afastar a incidência de juros de mora. "Ao considerar que a taxa Selic hoje é superior à inflação, tem sido um ótimo negócio para o Fisco deixar essas ações correndo", diz.

Para o advogado, "o contribuinte não pode pagar pela morosidade do Fisco, ainda que a Operação Zelotes traga um justo motivo para a interrupção dos julgamentos". Taniguchi também acredita que poderá se discutir na Justiça o pagamento da multa moratória de 75% do valor, que é lançada na autuação fiscal.

A demora nos julgamentos do **Carf**, porém, já vinha ocorrendo mesmo antes da operação, segundo o advogado Vinicius Branco, do Levy & Salomão Advogados. "O atraso já estava acontecendo devido ao acúmulo de processos", diz.

Branco afirma que tem entrado com ações semelhantes no Judiciário para discutir a demora, independentemente da Operação Zelotes. "Passou dos 360 dias o contribuinte não tem que pagar juros de mora". Segundo o advogado, essas ações são uma forma de apressar os julgamentos. Para isso, já conta com decisões mais antigas do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que determinam o julgamento de processos administrativos, mesmo antes da lei que fixou o prazo de 360 dias. A nova liminar, porém, dá um passo a mais ao afastar o pagamento dos juros de mora.

Procurados pelo Valor, o Ministério da Fazenda, a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não deram retorno até o fechamento da edição.

O Estado de S.Paulo

Entrevista - Gerson Shaan

O Estado de S. Paulo - 24/08/2015

"OPERAÇÃO ZELOTES NÃO VAI AJUDAR NO AJUSTE FISCAL"

Investigação se refere a processos de dívidas tributárias, e não se pode esperar que dinheiro será recuperado rapidamente

Andreza Matais

O coordenador-geral de investigação da RECEITA FEDERAL, o auditor fiscal Gerson Schaan, afirmou ao Estado que a Operação Zelotes conseguiu confirmar ilegalidades envolvendo 20 grandes empresas que questionaram dívidas tributárias no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**), mas alertou que o governo não deve contar com o resultado da investigação para fazer caixa e aliviar suas contas, como esperava fazer. "Trata-se de um caso de corrupção, e não de sonegação fiscal", explicou.

Schaan quebrou o silêncio que envolve seu cargo e criticou a Polícia Federal, que chegou a comparar a Zelotes à Lava Jato, criando uma expectativa de que R\$ 19 bilhões poderiam retornar ao cofres públicos em decorrência das investigações. "São casos completamente diferentes."

Na Receita, o coordenador geral de investigação montou e comanda três equipes de auditores fiscais que se dedicam exclusivamente às investigações sobre a Zelotes, a Lava Jato e o HSBC. "A Lava Jato é sem dúvida a maior investigação que já fizemos." O caso HSBC não fica muito atrás. No ano passado, a equipe de Schaan produziu cem investigações. Apenas os relatórios referentes ao HSBC envolvem 8 mil contas.

Leia os principais trechos da conversa de Schaan com o Estado:

- A Zelotes será maior do que a Lava Jato?

A comparação com a Lava Jato nunca foi oportuna por conta do tipo de esquema. Não posso comparar milhões que foram superfaturados numa obra com autos de infração que estão sendo julgados no **Carf**. Existem casos em que o julgamento em si não teve problema, mas a tramitação do processo. Temos julgamentos que foram manipulados de forma a cair numa turma que tenha o voto que a quadrilha quer, a favor do contribuinte. Se fosse em outra turma, o voto seria a favor da Fazenda. A questão não envolve sonegação, mas corrupção.

- Mas não se pagou para anular multas que chegavam a R\$ 19 bilhões?

Deu-se uma falsa impressão de que é uma fraude, de que se poderia buscar aí o ajuste fiscal, não é isso. Tem alguns "bi" desse montante que, se fosse de novo a julgamento, a Fazenda iria perder outra vez porque a fraude não está no voto, mas na tramitação. Não é porque eu estou julgando auto de infração que há crime de sonegação. Se eu manipulo o processo de forma a só julgar quando for bom para mim, eu estou fraudando o sistema. Por isso, achar que esses valores que vão ser arrecadados irão ajudar o ajuste fiscal, não dá.

- Pode dar um exemplo?

Nos casos analisados na investigação que envolvem ágio interno, por exemplo, os contribuintes têm uma interpretação a respeito e a usam para diminuir o valor do imposto a pagar. A Receita entende de outra forma e multa. No **Carf** tinha decisões dos dois lados. O que a quadrilha fazia era direcionar o julgamento para uma turma que já tinha esse entendimento a favor do contribuinte. Isso não é sonegação, você está interpretando a lei de outra forma. É diferente de usar nota fria, conta de laranja. Isso é caso de sonegação. O cara sabe que tem de pagar aquele imposto, mas ele usa artifícios para não pagar e o conselheiro vota a favor dele. E aí na Zelotes tem de tudo.

- Em que fase está a investigação agora?

No momento, o Ministério Público trabalha algumas denúncias e nós estamos trabalhando para dar seguimento a outros processos que ensejam novas quebras de sigilo bancário, fiscal. Não vejo horizonte para terminar. Neste momento são 20 empresas que já têm substância mais forte. Não posso citar, mas são 20 e poucas empresas diferentes. Os conselheiros se repetem.

- Há queixas relativas ao primeiro juiz do caso, que não autorizou a continuidade das escutas. Isso prejudicou as investigações?

Isso de fato atrasou algumas decisões, inviabilizou determinada linha de investigação.

- A Receita já havia iniciado a investigação quando a PF entrou no caso. Como foi o trabalho?

Já participei de investigações mais harmônicas. Causa prejuízo porque algumas coisas poderiam ter produzido resultados mais cedo e eventualmente mais robustos.

- Existe um limite para as investigações?

A investigação é pautada por onde as provas nos levam.

- Quando as investigações do caso HSBC serão concluídas?

É um trabalho de longo prazo. No ano passado fizemos cem investigações e, neste caso, são 8 mil. Já identificamos quem tem irregularidade tributária e agora analisamos os casos mais relevantes. Encontramos procuradores e advogados que controlam várias contas bancárias.

- Quantas pessoas da sua equipe trabalham só na Lava Jato?

É o maior trabalho que já fizemos sem dúvida alguma. Temos 242 procedimentos de fiscalização abertos e uma equipe de 55 auditores fiscais, mais 15 alocados no apoio a investigação criminal.

- O que sua equipe identificou?

Quando o Paulo Roberto Costa foi solto pelo STF, nós demonstramos que ele tinha dinheiro não declarado na Suíça (o ex-diretor da Petrobrás voltou a ser preso por causa dessa informação). O esquema de lavagem de dinheiro do André Vargas fomos nós que identificamos. Também fomos nós que identificamos pagamentos das empreiteiras para a JD Consultoria (empresa de José Dirceu). Na fase Radioatividade, identificamos o caminho do dinheiro até chegar à empresa do real beneficiário, o diretor preso.

- Sem relação

A comparação com a Lava Jato nunca foi oportuna. (...) Não posso comparar milhões superfaturados numa obra com autos de infração que estão sendo julgados no **Carf**."

- Equívoco

"Deu-se falsa impressão de que é uma fraude, de que se poderia buscar aí o ajuste fiscal. Tem alguns "bi" desse montante que, se fosse de novo a julgamento, a Fazenda iria perder."